

Uma experiência de colaboração professores - alunos

Francisco Pereira de Moura e

Carlos Antunes Filipe¹

Fez-se recentemente, nos exames finais de uma cadeira do I.S.C.E.F., uma experiência de colaboração entre os júris e os estudantes. Nas provas orais estiveram presentes delegados dos alunos, com a faculdade de intervir no decurso das provas e de fazer pesar a sua opinião nas decisões do júri. Descrita e avaliada a experiência em função do contexto em que decorreu, os seus resultados positivos parecem inegáveis. Todavia, o que há que pôr em causa, no ensino universitário, não é tanto o modo como os exames se fazem, como o sistema dos exames em si mesmo. Este deveria ser substituído por um trabalho em comum de professores e alunos, ao longo do ano lectivo.

Nos exames finais da 9.^a cadeira - Economia II, do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, no ano lectivo de 1967-68 fez-se uma experiência de colaboração entre os júris e os estudantes. A colaboração consistiu em estarem presentes a todas as provas orais delegados dos alunos, com a faculdade de intervirem, junto do júri, em qualquer momento das provas e, ainda, de serem consultados antes de se tomarem as decisões finais, e em condições de as opiniões manifestadas poderem pesar nas deliberações.

Sendo uma experiência de que não conhecemos paralelos; dirigindo-se a aspectos importantes a considerar nas «reformas» da Universidade, agora tão faladas; verificando-se o interesse que despertou não só entre os alunos e os docentes que nela participaram, como em outras pessoas que do caso tiveram conhecimento; e havendo muito para discutir e analisar em matéria dos objectivos pretendidos e efectivamente alcançados, e das modalidades e

¹ Os autores são assistentes do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, da Universidade Técnica de Lisboa. Carlos Filipe tem participado, como colaborador eventual, desde Junho de 1967, em projectos do Gabinete de Investigações Sociais (Grupo de Bolseiros de Sociologia).

dificuldades de concretização - pareceu-nos vantajoso trazer a público um relato da experiência, acompanhando-o de alguns comentários.

Parece inútil repisar que enquanto se pensa ter conseguido objectividade no relato da experiência, já os comentários e o julgamento sintético que sobre a mesma apresentamos constituem apenas a opinião dos autores - ainda que temperada um pouco pelas trocas de impressões havidas, em diferentes momentos, com estudantes e, sobretudo, com os seus delegados.

1. Os resultados conseguidos e as condições de trabalho na cadeira

A cadeira de Economia II situa-se no 2.º ano, portanto no Curso geral (comum às licenciaturas em Economia e em Finanças), tendo como precedência a cadeira de Economia I, e devendo o aluno que nela se matricula ter já, pelo menos, mais duas disciplinas do 1.º ano. Isto significa que estão vencidos os dois obstáculos típicos, reponsáveis pela maior parte dos fracassos no ano inicial do curso: a adaptação aos novos métodos de trabalho da Universidade, marcadamente mais livres (isto é, «acompanhando» menos o aluno) do que no ensino secundário; e o contacto com um conjunto de disciplinas díspares, a maior parte das quais sem relação com estudos anteriores, apesar da alínea especializada do 3.º ciclo liceal².

Por isto mesmo, impressionam desfavoravelmente as baixas percentagens de aprovações verificadas nos últimos anos lectivos, sempre rondando os 30 % em relação ao total de alunos inscritos na cadeira. Nem mesmo convence o argumento de se tratar, ainda, de um período de selecção, a qual convém que se prolongue para além do 1º ano precisamente pelas dificuldades especiais de que este se rodeia, não permitindo avaliar devidamente, em todo os casos, a capacidade do aluno. E não convence (pense-se o que se pensar de

² O estudante que entra para o I.S.C.E.F «continua» um estudo de Matemáticas que vem do secundário; mas a Economia, a Geografia Económica (com o programa de «estrutura económica» ou, agora, também «sistemas»), o Direito Civil e a Propedêutica Comercial (Introdução aos Métodos Estatísticos, à Economia da Empresa e ao Cálculo Financeiro) são disciplinas novas - além de deficientemente ligadas entre si. cremos que não acontece nada de semelhante em qualquer outro curso superior português: para as licenciaturas em Letras, Matemáticas, Engenharia, Medicina, etc. frequenta-se um conjunto de cadeiras de 1º ano que constitui «continuação» dos estudos do secundário. Em Direito há essa continuidade apenas em relação à disciplina de Organização Política e Administrativa da Nação, mas o conjunto dos ensinamentos do 1º ano, sendo em grande parte novo, oferece uma «unidade» de problemas e métodos que se não encontra no I.S.C.E.F. (ou na Faculdade de Economia do Porto). A situação não é tão grave para os estudantes oriundos do ensino comercial.

«selecções» e da necessidade de as acompanhar de orientações - qual o destino das centenas de estudantes que têm andado pelos dois primeiros anos do curso do ISCEF e acabam por desistir?) porque a conjunção de cerca de 20% de aprovações em Economia I, com cerca de 30% na Economia II, nos situa no aproveitamento de 6%.

Uma causa possível para tanto malogro será o *programa*. Tem-se dado um semestre de macroeconomia de curto prazo (conjuntura) e outro de microeconomia; é um curso essencialmente teórico, embora apontado deliberadamente para as aplicações (políticas de estabilização, e planeamento das decisões na empresa); e usa-se, constantemente, a linguagem matemática, embora de nível elementar³. Sem minimizar as dificuldades, parece-nos que a opinião corrente entre os alunos, em cursos sucessivos, coincide com a nossa, a saber: o programa não explica tantas reprovações.

O *volume global de matérias*, no 2º ano, já parece factor de relevo, embora não seja tão pesado como no 1º ano, ou nos anos subsequentes. Haverá a salientar, sobretudo, a grande proporção de alunos com a cadeira atrasada de Matemáticas Gerais, a qual lhes absorve muito tempo de estudo, com prejuízo na preparação das outras matérias.

Quanto à apresentação das matérias nas *aulas* e ao *material de estudo*, há o seguinte: a base do curso está publicada em «folhas» da Associação Académica, revistas pelo encarregado da regência; a frequência às aulas teóricas é extremamente elevada ao longo de todo o ano; a bibliografia recomendada está, hoje, disponível em traduções portuguesas, espanholas e francesas (no que respeita aos livros texto); e a Associação Académica tem editado algumas traduções de textos especializados mais avançados. Em contrapartida destes aspectos positivos, há a circunstância de se tornar impossível o contacto pessoal com os alunos nas aulas teóricas ou, mesmo, no termo destas (com 100 alunos em cada turma isso é impraticável) e, pior do que tudo, não ter havido aulas práticas, para a maioria dos alunos, nos dois últimos anos lectivos, por não terem sido designados os assistentes

³ O que se requer é o conhecimento dos sistemas de equações lineares, a derivação parcial e a maximização de funções a mais de uma variável - o que é acessível a alunos que tenham seguido as aulas de Matemáticas Gerais, mesmo sem terem a cadeira. Em alguns pontos do programa aparecem problemas que exigem o recurso a equações às diferenças e a máximos e mínimos condicionados, tendo de «saltar-se» para as soluções sem entrar na dedução dos resultados.

necessários para as dar⁴. Isto levou, aliás, a eliminar do programa e, portanto, das provas um certo número de tópicos que ficam a faltar na formação dos estudantes.

2. O regime de pontas para apreciação da frequência

Sendo francamente positivo (na relatividade da Universidade portuguesa!) o balanço entre condições favoráveis e desfavoráveis para o ensino na cadeira, importa analisar se a razão dos fracassos não estará no grau de exigência das provas⁵.

A lei impõe exames de frequência para os alunos voluntários (no I.S.C.E.F., tais alunos apenas estão dispensados de assistir às aulas teóricas, havendo muitos que nelas participam, aliás), e condiciona a admissão a exame final dos alunos ordinários a uma apreciação geral do professor, no termo das aulas.

É inútil insistir na impossibilidade efectiva de chegar a essa apreciação sem realizar pontos escritos que, praticamente, equivalem aos exames de frequência eliminados pela lei. Como, de outro modo, formar juízo razoável sobre uns 350 alunos ordinários (além de 150 voluntários)? As «chamadas» orais, ainda que ao ritmo alucinante de umas cinco por aula (10 minutos por aluno) ocupariam 70 aulas; os «pontos» de surpresa merecem, e com inteira razão, o ódio dos estudantes - onde está o professor ou o governante que se sujeitaria a um sistema desses? O contacto nas aulas práticas, ainda que estas funcionassem efectivamente, obrigaria o encarregado da regência a nelas comparecer, para esse efeito, duas vezes no mês (como diz a lei) - o que, no caso presente equivaleria a 2X15 turmas X 2 horas=60 horas no mês, a juntar às aulas teóricas e sua preparação, às reuniões com os assistentes para preparar os trabalhos práticos, etc.

De modo que se têm feito provas - chamando «exames» às dos alunos voluntários e «pontos» quando se trata de alunos ordinários; a natureza das

⁴ Para cerca de 500 alunos, previram-se 13 turmas práticas de Economia II (média de 38 alunos por turma), ao planear as coisas, no início do ano de 1967-68; tendo sido indicado apenas um assistente, apenas pôde dar práticas às turmas de alunos voluntários.

⁵ Não discutimos outro factor essencial, que é a competência científica e capacidade pedagógica dos assistentes a quem está entregue a cadeira. Apesar de não existir nas nossas Universidades um sistema de apreciação e crítica dos docentes (para aperfeiçoar, mais do que para castigar), alguns sintomas dispersos levam-nos a pensar que o ensino é considerado razoável.

provas e, às vezes, o dia, a hora e o aos alunos a consulta de todos os seus elementos de estudo. Uma vez vistas e classificadas são entregues aos estudantes, chamando-se-lhes a atenção para erros e defeitos de estudo, e dando-se-lhes uma orientação (através da classificação) sobre o aproveitamento; parece que os alunos já consideram vantajosa a demonstração, deste modo feita, de que os pontos foram efectivamente lidos e corrigidos.

Nos últimos anos lectivos — e, novamente, no ano de 1967-68 - só foram excluídos de exame final os alunos que prestaram, durante o ano, provas manifestamente deficientes, ou que de todo não as prestaram. São os que seguem os números importantes⁶:

	1965-86	1966-67	1967-68
Alunos matriculados	351	432	506
	107	98	105
Não admitidos a exame final	9	19	24
Admitidos a exame final *	235	315	377

*Inclui os alunos sujeitos a regimes especiais (cadeira atrasada, serviço militar, etc)

Esta orientação não corresponde a decidir a sorte de todo um ano por *um exame* (final), mas sim a dar ainda uma oportunidade mesmo naqueles casos em que se considera muito pequena a probabilidade de êxito. É evidente que os resultados que foram sendo alcançados ao longo do ano pesam para a classificação final, muito especialmente no sentido de corrigir desaires acidentais, sempre possíveis numa prova decisiva.

3. Os exames finais e o «clima» de que se rodearam

Em princípio, o aluno «normal» do 2º ano do I.S.C.E.F. terá de preparar a totalidade da matéria de quatro ou cinco disciplinas para os respectivos exames finais; mas é tarefa que excede a capacidade do aluno «normal», podendo dizer-se que se contam pelos dedos de uma das mãos os que o conseguem, correspondendo a um ou outro aluno excepcionalmente dotado. A

quase totalidade dos alunos ou nem chega ao exame final (desistências, eliminações na frequência) em algumas cadeiras, ou reparte os exames a fazer pelas duas épocas (o que está a tornar «impossíveis» os inícios do ano lectivo, dada a enorme massa de provas a realizar), ou se deixa excluir, ingloriamente, logo nas provas escritas de uma ou outra cadeira, em Julho.

Para corrigir, um pouco, esta situação, acerca da qual melhor se pronunciarão os psiquiatras e os próprios estudantes⁷, propôs-se, em anos anteriores, um sistema de «dispensa» de parte do exame final, proposta que foi sancionada pelo Conselho Escolar a título experimental - como acontece, aliás, em outras cadeiras. O aluno que preenchesse certos requisitos (número de provas durante o ano e classificações obtidas) prestaria um exame final apenas sobre uma parte, muito limitada, da matéria, e fazendo apenas a prova escrita (1965-66), ou a oral (1966-67).

Sem dúvida que o sistema foi vantajoso para as muitas dezenas de alunos que dele beneficiaram, apesar de tais provas terem um grau de exigência francamente elevado (note-se que «eram os melhores alunos, e a matéria estava limitada). Mas, da primeira das experiências, resultou que quase não houve provas orais boas — exactamente por estarem delas dispensados os alunos mais capazes de as prestar; e como é precisamente a prova oral que tem mais projecção pública entre os estudantes (há assistência, há questões que vão criando «lendas», há um desenrolar ao longo de muitos dias, há um «climax» de provas decisivas que, por exemplo, não surge a propósito da prova escrita eliminatória), criou-se um ambiente de intransponibilidade em torno dessas provas orais. Ao que nos disseram, chegou a falar-se, entre os estudantes, em clima de «terror».

Quando está desencadeada a crise psicológica, só um contragolpe, também psicológico, permitirá vencê-la. Não teve resultados significativos a tentativa, feita em 1966-67, de obrigar os melhores alunos a prestar provas orais (dispensando-os da escrita) e intercalando-os com os restantes colegas

⁶ Para números mais pormenorizados, veja-se o *apêndice*, no final do artigo. Nota-se que, entre as «desistências» se contam muitos casos de alunos que abandonam depois de uma classificação fraca no primeiro ponto, realizado normalmente em Fevereiro.

⁷ Noutra perspectiva, ainda chegámos a pensar na apresentação de apuramentos estatísticos, confirmando o conhecimento empírico acima relatado. O modo como estão organizadas as pautas e registos na Secretaria do I.S.C.E.F. torna praticamente impossível a colheita dessas estatísticas em pouco tempo. É outro domínio a requerer racionalização.

por ordem de pauta - para evitar «dias de reprovações», como houvera no ano anterior. Assim como pouco contam os números globais, em que se incluem as aprovações de «dispensados» a par das restantes, como se pode ver no quadro seguinte:

Na «mente colectiva» o que pesava era a relação entre o número de provas orais e as aprovações, sobretudo em Julho e Outubro de 1966, assim como a proporção de reprovados no total dos admitidos a exame final, esquecendo-se o critério largo usado na admissão a esse exame.

	1965-66	1966-67	1967-68
Comparências em exame final	211	238	303
+ [repetições em Outubro]	+ [57]	+ [73]	+ [29]
Aprovações	107	126	229
[das quais, de «dispensados»]	[71]	[40]	

A necessidade de um «contragolpe» psicológico nasceu destes factos. Vamos ver que outras circunstâncias proporcionaram a modalidade escolhida, assim como interessará que os resultados ultrapassaram esta finalidade limitada e, de certo modo, egoísta.

4. Antecedentes imediatos e lançamento da experiência

Durante o ano lectivo de 1967-68 verificaram-se as condições estruturais atrás apontadas (programa de Economia II, volume global de matérias no 2º ano, aulas e material de estudo da cadeira, carência de aulas práticas para os alunos ordinários). Mas cresceu o número de alunos, dificultando a correcção de provas escritas; o Conselho Escolar não comunicou nenhuma decisão acerca do regime de «dispensa», o que levou a pô-lo de lado; e actuou com continuidade, sem conflitos internos, e com audiência entre os estudantes uma «Comissão de Curso», que pareceu capaz de arcar com maiores responsabilidades. Além disto, certo ambiente a reivindicar transformações e correctivos vigorou no I.S.C.E.F., designadamente entre os alunos do 2º ano, e a propósito deste tema «exames»; e os acontecimentos da França e de outros países vieram chamar a atenção para a urgência da discussão de projectos e

ensaio de acções inovadoras. Pelo menos do nosso lado, responsáveis pela cadeira e designados para constituir o júri dos exames finais em Julho, pesaram todas estas razões para sair do imobilismo.

Os dois membros do júri, tendo discutido o assunto, resolveram convidar a Comissão de Curso a uma colaboração nas provas orais de exame final, nessa 1ª época⁸. Explicados os motivos e o objectivo pretendido, que eram vencer o mau clima de anos anteriores, assegurando uma estrutura adicional de defesa aos examinandos, enunciaram-se várias modalidades, desde uma mais modesta, até outras ambiciosas; e pediu-se uma discussão na generalidade, com vista à escolha da modalidade se a primeira opção fosse positiva.

Em nova reunião, depois de consultas entre os estudantes, os delegados reafirmaram a resposta positiva e indicaram a opção, pela modalidade inicialmente considerada «mais ambiciosa» - apesar de lhe reconhecerem riscos. Consistia essa modalidade em estarem permanentemente a assistir às provas orais os «delegados» dos alunos, tendo a faculdade de, em qualquer momento, intervir junto do júri - por exemplo, fazendo notar o nervosismo de um aluno, a desigualdade nos interrogatórios, etc; terminadas as provas orais de cada dia, o júri comunicaria os resultados da sua troca de impressões preliminares, recebendo os comentários e informações dos delegados dos alunos; estes saíam então da sala e o júri tomava a deliberação definitiva, publicando os resultados.

Logo nessas primeiras reuniões preparatórias, os alunos afirmaram que seria vantajosa a publicação das classificações das provas escritas, ainda que a título não oficial - pois isso constituía uma orientação muito útil, mais do que suficiente para compensar o inconveniente de alguns alunos saberem que iriam prestar provas com fraca nota de escrita. Fez-se assim.

Iniciados os exames orais, os delegados dos alunos sugeriram que o interrogatório se iniciasse pelo capítulo, dentro da primeira parte da matéria (macroeconomia), onde o aluno se sentisse mais à vontade - para quebrar o «gelo» inicial e desvanecer o temor de desaires inibidores para o resto do exame. Pareceu perfeitamente aceitável e passou a proceder-se assim, só havendo que corrigir (quase no termo da experiência, nos últimos exames de

⁸ Desta reunião participaram, do lado dos estudantes: um membro da Comissão de Curso e dois dirigentes da A. Académica, também alunos da cadeira.

Outubro) uma tentativa de alguns alunos, não esclarecidos devidamente, no sentido de indicarem o tema em vez do capítulo⁹.

5. Relato de casos, especialmente conflitos e sua superação

Passados os dois/três primeiros dias da experiência, as opiniões sobre o seu interesse, entre os estudantes, dividiam-se: uns entendiam que no fim tudo acabaria por acontecer como nos anos anteriores, outros estavam francamente esperançados na iniciativa¹⁰.

O primeiro embate difícil (terceiro ou quarto dia de provas) resultou de o júri ter comunicado uma opinião provisória de reprovação de um estudante, quando os delegados dos alunos não só sabiam tratar-se de um aluno sério e trabalhador, e assim considerado entre os colegas, como julgavam haver manifesta injustiça em confronto com outros examinandos do mesmo dia, desde que se atendesse ao conjunto das classificações (durante o ano e prova escrita de exame final) e não apenas à prova oral. Aos membros do júri, enquanto ouviam, punha-se um problema importante: no caso de se manter a reprovação, em que situação «odiosa» ficariam os delegados dos estudantes, como que coniventes numa decisão com a qual não haviam concordado? Decidiu-se esclarecer os delegados de que apenas se lhes pedia segredo sobre o estado das deliberações até à publicação das notas; uma vez isso feito, o júri dava-lhes total liberdade para exporem aos colegas as posições assumidas. Pareceu manifesto o «alívio» perante esta maneira de encarar as coisas. E aconteceu que, saídos os delegados, ambos os membros do júri reconheceram, com a maior facilidade, que a opinião preambular fora exagerada, merecendo, efectivamente, o aluno ser aprovado.

Foram uns cinco ou seis os casos verificados em Julho em que o júri alterou no sentido da aprovação uma primeira opinião negativa, depois de escutar as informações objectivas e as reacções emocionais dos delegados dos alunos (parece-nos importante, também, este aspecto de reacção emocional, pois provém do «outro lado», onde está a opinião genérica dos

⁹ Por exemplo: «inflação pelo excesso da despesa» em vez de «inflação», que é um capítulo onde se contém mais matérias além daquela.

¹⁰ Regista-se este «inquérito de opinião», tal como nos foi comunicado na ocasião pelos delegados dos alunos, por o julgarmos do maior interesse - mostra que a experiência de modo nenhum foi pacífica.

estudantes universitários). Em Outubro houve mais alguns. É resultado que faz pensar - por mais que se admita que mesmo sem esta colaboração dos estudantes, a decisão final do júri não coincidiria sempre com a orientação saída da reunião preliminar.

Outro tipo de problema que surgiu: no termo de um exame, os delegados comunicaram ao júri: «se o aluno X está para reprovar, pedimos a análise imediata do caso, pois é grave». Depois de uma primeira reacção negativa, o júri resolveu aceder, interrompendo as provas ao concluir-se outro interrogatório que, entretanto, começara. Examinando o caso, argumentaram os delegados dos estudantes que o aluno estava nitidamente inibido por já ter reprovações anteriores, e por se tratar de exame decisivo na sua carreira; que embora tivesse demorado o tempo mínimo da lei (30 minutos), o interrogatório não versara uma amostra suficiente da matéria de modo a permitir uma decisão tão grave; e ainda que se tratava de aluno que estava bem preparado, embora de nível médio. Tudo ponderado, o júri reconheceu razão aos argumentos e peso às informações, tendo-se proposto ao aluno em causa a continuação da prova, nesse ou em outro dia. Depois de descansar um pouco, prosseguiu-se o exame por novas matérias e o examinando «parecia outro», tendo merecido uma aprovação clara.

Outro caso interessante (na época de Outubro) foi o de um aluno para quem seria decisiva a aprovação, pois já contava três reprovações em exame final. Apesar do cuidado posto na condução da prova, pareceu, em dois momentos psicologicamente cruciais, que havia desorientação; a natural tensão nervosa do aluno explicaria isso. Mas houve que concluir o interrogatório (até por cansaço do aluno), ficando-se com uma sensação de incerteza: não estava demonstrado o conhecimento da matéria, mas poderia dever-se o facto a perturbação e não a ignorância. Na reunião com os delegados dos alunos, foi imediata a concordância de todos (os dois membros do júri e os delegados) quanto à incerteza da prova e aos sinais de desorientação do aluno; o júri decidiu convidar o examinando a continuar a prova em outro dia, saldando-se tudo por uma aprovação, com manifesto à vontade de exposição e ficando efectivamente demonstrado o conhecimento dos temas.

Uma nota mais, e importante: a colaboração dos delegados serviu para esclarecer inúmeras situações particulares, mais facilmente se abrindo os alunos com os seus colegas do que com os membros do júri quando se tratava de problemas de doença, cadeira atrasada, acumulação de exames, etc.

6. Dificuldades que se depararam para a colaboração dos alunos

Para uma avaliação da experiência quereríamos facultar alguns elementos adicionais, deixando para o número seguinte a nossa apreciação pessoal.

Logo que foi sugerida a iniciativa à «Comissão de Curso», a resposta veio positiva, e optando pela modalidade mais exigente de parte a parte - a qual, a correr mal, comprometeria, provavelmente, essa mesma Comissão perante os seus colegas. É sobretudo durante os primeiros dias, os delegados dos alunos defrontaram, certamente, muito cepticismo proveniente dos resultados de exames em anos anteriores, agravado pelas reprovações que, entretanto iam aparecendo e pelo clima geral de exames no I.S.C.E.F. que estavam, então, no auge.

Outro obstáculo que tiveram de vencer foi a organização da sua própria colaboração com o júri. Não deve ter sido fácil mobilizar durante 21 manhãs de Julho (das 8.30 h. às 13.30 h., quando não até às 15 h.) dois ou três alunos que, entretanto, ou estavam a preparar os seus exames ou, tendo-os terminado, muito naturalmente gostariam de deixar o Instituto e partir para férias. E em Outubro foram mais 18 as sessões de exames, embora menos demoradas algumas delas. O júri facilitou as coisas sugerindo que, embora caindo a responsabilidade sobre a Comissão de Curso, esta poderia pedir a cooperação de outros colegas, mesmo de anos mais adiantados, para serem delegados. E aconteceu, mesmo, que fizeram esse trabalho alunos do 2º ano que, alguns dias depois, vieram prestar a sua prova oral na cadeira.

Além de outros sintomas de seriedade, pudemos verificar que os delegados dos alunos eram muito rigorosos no acompanhamento das provas, tendo sempre presentes as classificações ao longo do ano, estando atentos ao tipo e grau de exigência dos interrogatórios e às reacções do aluno, e sendo capazes de dar opinião (e classificação) não apenas sobre o conjunto da prova,

mas também parcelarmente, pergunta por pergunta (normalmente três ou quatro questões por prova).

Um aspecto negativo pode ser, no entanto, o reduzido número de discrepâncias de julgamento entre o júri e os delegados dos alunos. Evidentemente, além dos casos «extremos» anteriormente descritos, houve muitos exemplos de diferença na avaliação relativa dos examinandos de cada dia e, mesmo, no confronto de uns para outros dias (o 12-11 do júri, que os delegados dos alunos encaravam como 12-12 para dois exames); e até deve ter-se dado o caso de os delegados admitirem alguma reprovação, apenas não chegando a manifestar tal hipótese por o júri comunicar uma opinião provisória de aprovação. Mas contando tudo isto, ainda pareceu impressionantemente grande a concordância de julgamentos, devendo admitir-se a explicação de os delegados dos alunos assimilarem, com facilidade, os critérios de classificação do júri. Contra tal explicação joga a circunstância de os delegados terem variado substancialmente ao longo das provas, sendo apenas uns quatro ou cinco os que participaram de mais de dez sessões de exames.

Outro aspecto negativo pareceu-nos estar na tendência, verificada em alguns dias (na 1ª época), e por parte de alguns delegados, para «salvar» colegas, sistematicamente. Sendo humano e sinal de boa camaradagem, poderia comprometer a experiência, transformando a colaboração em negociações ou em luta de classes. Recordá-nos termos chamado a atenção para o facto duas vezes (em 39 sessões, das duas épocas).

7. Avaliação da experiência: comprimento dos objectivos, limitações à generalização

Tendo-se iniciado num ambiente de dúvida pela nossa parte e, cremos, também por parte dos alunos, a experiência saldou-se por um êxito.

Contra os 30% habituais de aprovações na cadeira, chegámos neste ano a 46%¹¹; e se a diferença não se explica integralmente por este ensaio de cooperação (deve ter pesado, também, o novo esquema de provas de

¹¹ Põem-se estas percentagens por ser habitual o cálculo de resultados comparando as aprovações com o total de alunos matriculados. Mais significativa será a relação entre aprovações e comparências de alunos em exame final: da ordem de grandeza dos 50% passámos, em 1967-68, para os 75%. E, talvez ainda mais importante, para medir o efeito da experiência, é o cálculo de aprovações sobre o número de exames finais feitos (contando as repetições de Outubro): de 40% passou-se a quase 70%.

frequência e pontos, decidido pelo Conselho Escolar precisamente com a finalidade de alcançar melhores índices de aproveitamento), deve poder atribuir-se-lhe em larga proporção.

Pareceu-nos evidente que a maior parte dos alunos se apresentava a prestar a sua prova oral em condições psicológicas muito mais razoáveis do que nos anos anteriores, desaparecendo quase totalmente manifestações de inquietação e inibição, que constituem um dos maiores dramas dos júris... e dos estudantes. O mero facto da experiência em curso, e a presença de delegados seus, facilitando o contacto com o júri e aparecendo ao aluno, muito naturalmente, como «seus defensores», deve estar na origem desta transformação. Repete-se a referência a iniciarem-se, sistematicamente, os interrogatórios pelo capítulo da matéria que o aluno indicasse como preferível (certamente, aquele em que se julgava mais à-vontade), pois isso também fez desaparecer as tensões nervosas; mas fez-se assim por sugestão dos delegados, portanto, em resultado da experiência¹².

O «clima de terror», de que nos chegaram notícias em anos anteriores, desapareceu; os exames orais passaram a ser encarados com muito mais naturalidade, embora não nos passe pelo espírito a ideia de os considerar coisa agradável para os alunos.

Deve ter sido esta conjunção de resultados que levou os estudantes, no termo das provas de Julho, a sugerir que se adoptasse idêntico sistema em Outubro. Mas isso levantava problemas novos, que também importa referir.

Primeiramente, o problema da aceitação da experiência por parte de mais Assistentes do Instituto. Pois o grande número de provas da 2.^a época implicou a formação de dois júris, vindo a constituí-los, ao longo das dezoito sessões de provas orais, mais seis docentes, além dos dois signatários que haviam constituído o júri da 1.^a época. Ora uma experiência desta natureza, até pelo que tem de inusitado, só pode lançar-se desde que haja acordo prévio dos membros do júri, pois sobre eles é que impende a responsabilidade.

A concordancia e interesse desses seis colegas pareceu-nos um passo positivo, numa Universidade em que andamos todos unidos para criticar, mas

¹² Há outro elemento que reduz a tensão, por aumentar a segurança do aluno e lhe dar «ocupação» se surge o nervoso: é a consulta de apontamentos ou livros, em plena prova oral. Mas isso já se fazia desde há dois anos nos exames orais da cadeira, embora com manifesta dificuldade de execução por estudantes não habituados a tal.

em que se defronta uma barreira de indiferença, ajudada pelos impedimentos ou pseudo-impedimentos da lei e pela inércia das instituições e da Administração, sempre que se sugere qualquer inovação.

Todavia, julgamos necessário prevenir contra eventuais entusiasmos excessivos por esta experiência. Foi pensada com objectivos limitados (corrigir uma situação anómala em determinada cadeira); e embora os resultados passassem além desse objectivo, revelando os estudantes uma maturidade de organização e julgamento que, habitualmente, não lhes é reconhecida, cremos que seria grave erro pretender *resolver o problema dos exames* mediante a generalização de sistemas como o que se descreveu.

Por um lado, aquilo que foi possível assegurar para as provas de uma cadeira, já seria difícil - para não dizer, de todo impraticável - se alargássemos a experiência às cinco cadeiras de cada ano. Como mobilizar tantos delegados dos alunos? E não se esqueça que este ensaio beneficiou da sua natureza inovadora, além de vir responder a uma situação crítica objectiva (o que não acontece em todos os ensinos).

Mas, mais fundo do que esta primeira reserva, vai a segunda, dirigida ao próprio sistema de exames. Tem-se dito dos exames, parafraseando uma opinião célebre acerca do regime democrático, que sendo mau sistema ainda não se descobriu melhor. E à força de repetir certas frases acomodaticias, acabámos por perder o sentido crítico e aceitamos passivamente as coisas.

Ora a verdade é que está descoberto, e há muito tempo, um sistema de orientação dos estudantes, de estímulo ao seu trabalho, e de verificação dos resultados do seu esforço com vista a actividades (escolares ou profissionais) subsequentes, bem melhor do que os exames - sobretudo esta plethora de exames em que vivem mergulhados, e cada vez mais, os estudantes e os docentes universitários portugueses¹³; descoberto, praticado e longamente

¹³ Os dois signatários deram, no ano lectivo de 1967-68, ~ 225 horas de aulas aos seus 500 alunos de Economia II (3 turmas teóricas, 3 vezes por semana, com aulas de 45 minutos úteis ~ 125 horas; e 4 turmas práticas, dos alunos voluntários, com 1 sessão de 100 minutos úteis por semana, ocuparam ~ 100 horas).

Em provas (dois exames escritos de frequência para voluntários, um ponto escrito para ordinários, um ponto escrito «de recuperação», provas escritas e orais de exame final em Julho e Outubro), e calculando com os coeficientes médios de 20 minutos para corrigir cada ponto escrito, e de 30 minutos para cada interrogatório oral, gastaram = 510 horas. Não estão contadas as horas despendidas pelos restantes membros dos júris nas provas orais de Outubro, que seriam cerca de 60.

Num depoimento recente, publicado no jornal «A Capital» (2-XI-68), o Professor Jacinto Prado COELHO calcula em 27 000 horas o tempo gasto em provas escritas e orais na Faculdade de Letras de

avaliado pelos resultados: é o sistema do trabalho em comum de professores e alunos, ao longo do ano. E por toda a parte onde não vigore, se propende a aceitá-lo, depois de crises como a de Maio, em França, ou antes de os desastres chegarem mesmo a dar-se.

Tal sistema exige, porém:

- professores e assistentes em número proporcionado à população estudantil;
- maleabilidade social, que leve à Universidade os melhores valores (alunos e docentes), mas que também permita dela saíam com facilidade, sendo bem absorvidos pelo restante sistema escolar, pelas profissões e pelo «ambiente», aqueles que não revelem condições para nela prosseguir;
- e responsabilização da Universidade perante a comunidade, no aproveitamento dos seus valores, na análise dos seus problemas, na invenção dos caminhos renovadores e - também importante - na eficiência dos processos de trabalho.

Nenhuma destas condições está satisfeita, actualmente, nas nossas Universidades, antes se degradando a situação em cada ano que passa. E se pesam, para isso, as dificuldades financeiras, não hão-de esquecer-se nem a compatibilidade entre uma Universidade assim defeituosa e a nossa estrutura socio-económica anquilosada, a precisar desse elemento de estratificação; nem a incapacidade, prolongadamente revelada, de marcar novas orientações e caminhar resolutamente em frente. Mas, fará realmente sentido, distinguir entre indecisão política, estabilização social de privilégios fora de moda, e as dificuldades portuguesas de financiamento?

Novembro de 1968

Lisboa, no último ano lectivo, sem incluir os exames da época de Outubro. Este total tem de repartir-se por cerca de oitenta docentes.

ANEXO I: Elementos estatísticos relativos à cadeira de Economia II

	1965-66	1966-67	1967-68	
1. Alunos matriculados	851		432	506
2. Desistências: total	107		98	105
3. sem relação com provas prestadas	101	72		87
4. atribuíveis a resultados fracos	6	26		18
5. Exclusões na frequência	9		19	24
6. Admissões a exame final: total.....	235		315	377
7. por regimes especiais ...	19	38		53
8. pelas provas prestadas ..	216	277		325
9. Comparências a exame final: total	211		238	303
10. em Julho.....	182	200		173
11. apenas em Outubro.....	29	38		130
12. (parcela não aditiva): repetições em Outubro.....	(57)	(73)*		(29)
13. Não-aprovados: total	104		112	74
14. exclusões na prova es- crita	61	57		40
15. faltas à prova oral ...	9	7		11
16. reprovação depois da prova oral	34	48		23
17. Aprovados: total	107		126	229
18. Em Julho.....	89	74		131
19. apenas comparecendo em Outubro	4	11		82
20. na repetição em Outubro ...	14	41*		16
21. (parcela não aditiva): no regime de «dispensa» ...	(71)	(40)		—

* Nas linhas 12 e 20: houve mais três aprovações, de alunos já. passados em Julho, que se apresentaram para subida de classificação.

Observações:

De um modo geral, falta considerar os resultados dos exames finais na época de milicianos; e não está feito o controle do número total de matrículas, em 1965-66, pelas pautas de exame final (o que pode ocasionar erros desprezíveis).

Linhas 3 e 4: Contou-se em (4) o aluno que, tendo prestado uma prova, obteve 7 valores ou menos; foram para (3) as transferências, anulações e faltas a todas as provas, e os casos de presença a uma prova com classificação de, pelo menos, 8 valores.

Linha 7 Trata-se dos alunos com cadeira atrasada, em serviço militar e regressados do ultramar.

Linha 21: Como se explica no texto, a «dispensa» referia-se a parte da matéria e das provas de exame final, para alunos que tivessem conseguido determinados níveis mínimos na frequência.

ANEXO II: Apreciação dos resultados na cadeira de Economia II

	1965-66	1966-67	1967-68
a. Evolução do número de alunos (índices em cadeia)	—	123	119
b. Alunos aprovados, em percentagem dos matriculados	30%	29%	45 %
c. Explicação das não-aprovações:	70%	71 %	55 %
d. desistências de frequência, sem relação com provas	29 %	17%	18 %
e. desistências atribuíveis a provas prestadas e exclusões na frequência	4 %	10 %	8 %
f. não-comparência a exame final	7 %	18%	14,5%
g. não-aprovação no exame final	30%	26%	14,5%

Observações:

A linha a serve, apenas, para mostrar o aumento do número de alunos de ano para ano, mais 23 % e, depois, mais 19 %.

Relação entre os cálculos seguintes e os valores do quadro anterior (Anexo I):

Linha b = (17) : (1) x 100

Linha c = soma de (d) até (g), ou diferença de (b) para 100.

Linha d = (3) : (1) x 100

Linha e = [(4) + (5)] : (1) x 100

Linha f = [(6) - (9)] : (1) x 100

Linha g = (13) : (1) x 100

Comentário: Confrontando os anos extremos, a grande diferença positiva nas aprovações explica-se pela menor proporção de desistências e de não-aprovações no exame final, mais do que suficiente para explicar os aumentos nos restantes factores. Agrupando de outro modo, mais significativo, temos, para os três anos lectivos:

Não-aprovações sem relação com provas (d) + (f) - 36% 35% 32,5%

Não-aprovações devido a provas (e) + (g) - 34% 36% 22,5%

Vê-se que a alteração sensível está, efectivamente, nos exames.